CONJUNTURA INTERNACIONAL

12 ▪ Conjuntura Internacional ▪ Belo Horizonte,
ISSN 1809-6182, v.19 n.3, p.12 - 21, out. 2022

Artigo

A África na governança ambiental global: a vulnerabilidade socioambiental e a Agenda 2063

Mariana Ferreira Torres[1]
Victor de Matos Nascimento[2]
Rodrigo Corrêa Teixeira[3]

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n3p12-21

Recebido em: 28 de janeiro de 2021
Aprovado em: 13 de setembro de 2022

Resumo
O objetivo deste artigo é compreender a posição africana na governança ambiental contemporânea. Por meio de revisão de literatura e da análise da alta vulnerabilidade socioambiental - condição de boa parte dos países, observou-se que a Agenda 2063 é uma proposta regional promissora, mas que também carrega consigo valores do Norte Global responsáveis pela condição periférica do continente no debate ambiental.
Palavras-chave: *África. Vulnerabilidade Socioambiental. Agenda 2063.*

Abstract:
The objective of this article is to understand the African position in contemporary environmental governance. Through a literature review and analysis of high socio-environmental vulnerability - a condition of most countries, it was observed that Agenda 2063 is a promising regional proposal, but that it also carries with it values from the Global North responsible for the peripheral condition of the continent in the environmental debate.
Keywords: *Africa. Socio-environmental vulnerability. Agenda 2063.*

Resumen:
El objetivo de este artículo es comprender la posición africana en la gobernanza ambiental contemporánea. A través de una revisión de la literatura y un análisis de la alta vulnerabilidad socioambiental - condición de la mayoría de los países - se observó que la Agenda 2063 es una propuesta regional prometedora, pero que también lleva consigo valores del Norte Global responsables de la condición periférica del continente en el debate medioambiental.
Palabras clave: *África. Vulnerabilidad socioambiental. Agenda 2063.*

1 Doutoranda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Mestre e Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. E-mail: marianaftorres22@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1864-3344 .

2 Doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Mestre e Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas. E-mail: victormatosnasc@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9767-0769 .

3 Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da PUC-MG. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rteixeira@pucminas.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9107-0498 .

Introdução

A África está no centro de muitos problemas ambientais globais. Parte considerável de seus países apresenta baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, altos índices de vulnerabilidade e graves problemas inter-relacionados à agenda ambiental, como pobreza, insegurança alimentar e desigualdades sociais. Soma-se a constatação de que os países africanos estão inseridos perifericamente no debate ambiental, algo que pode ser explicado por, ao menos, três condições: (1) suas contribuições históricas para a degradação ambiental e emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) serem menores em relação às de países desenvolvidos; (2) outros problemas, como a pobreza, tendem a ocupar o topo das agendas nacionais por serem prioritários; e (3) em geral possuem menos recursos para empreenderem medidas de adaptação e mitigação.

Diante deste contexto e destas condições mencionadas, o objetivo deste artigo é compreender a posição da África na governança ambiental contemporânea, percorrendo os desdobramentos dessa discussão passados trinta anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - também conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, realizada em 1992; aprofundando em dados sobre a vulnerabilidade ambiental do continente; e refletindo sobre a Agenda 2063 para o desenvolvimento sustentável e sua abordagem que propõe um diálogo entre o entorno regional e o internacional. Espera-se que este artigo, que será conduzido por uma revisão de literatura sobre o tema e pela análise da vulnerabilidade ambiental de países do continente, contribua para a consolidação e o aprofundamento dos estudos da inserção do continente africano nos debates ambientais contemporâneos.

A África na governança ambiental global no contexto pós-Rio 92

Dos 113 países que foram à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano em Estocolmo no ano de 1972, 32 eram africanos (28,3%)[4]. Já em 1992, na Cúpula da Terra, dos 178 países presentes, o número de delegações africanas foi de 27 (15,1%)[5]. Além da quantidade de países e das porcentagens, ao analisar as delegações enviadas pelos Estados para ambas as conferências, também se evidencia que a maior parte dos países desenvolvidos era composta por delegações maiores, algumas com mais de vinte membros, enquanto as delegações de países africanos e latino-americanos eram menores, em sua maioria com cerca de cinco membros (UNITED NATIONS, 1972; UNITED NATIONS, 1992).

Atualmente, no âmbito das Nações Unidas, há que se considerar dois órgãos fundamentais em relação ao meio ambiente e à mudança do clima: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). Todos os 54 Estados membros do grupo regional africano

4 Argélia, Botswana, Burundi, Camarões, República Centro Africana, República do Congo, Chipre, Daomé (atual Benim), Egito, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Costa do Marfim, Quênia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malawi, Maurício, Mauritânia, Marrocos, Níger, Nigéria, Senegal, África do Sul, Sudão, Togo, Uganda, Tanzânia, República Democrática do Congo, Zâmbia (UNITED NATIONS, 1972).

5 Angola, Botswana, Burkina Faso, Cabo Verde, Chipre, Djibuti, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Kiribati, Kuwait, Lesoto, Madagascar, Marrocos, Mauritânia, Micronésia, Moçambique, Namíbia, Quênia, República Centro Africana, Samoa, Senegal, Tanzânia, Uganda e Zimbábue (UNITED NATIONS, 1992).

das Nações Unidas estão nesses órgãos (UNEP, 2022; UNFCCC, 2022). Observa-se que, ao menos numericamente, a participação de países africanos hoje é maior nos principais fóruns da governança ambiental global.

Para compreender a inserção do continente no debate ambiental, é necessário observar que quando os países do Norte Global convocaram a Conferência de Estocolmo, ainda em 1968, sua preocupação era com o crescimento demográfico e as intenções dos países em desenvolvimento e pobres, então chamados de Terceiro Mundo, de atingir os mesmos patamares dos países desenvolvidos, mediante a exploração de recursos naturais. Para Estensoro (2019), os países do Norte não queriam abrir mão dos privilégios que conseguiram com a Ordem Internacional do pós-Segunda Guerra, e tinham consciência de que o Sul não poderia atingir padrões de vida semelhantes aos seus, uma vez que replicar seu modelo de desenvolvimento era ecologicamente inviável (ESTENSORO, 2019).

A relação dos países do Sul, sobretudo da África, com a questão ambiental, é muito diferente da que possuem os países do Norte Global. Enquanto os desenvolvidos propunham um discurso ecológico que se tornou hegemônico, enfatizando de modo crescente que o problema ambiental é o principal e mais urgente desafio enfrentado pela humanidade, muitas vezes acabaram por relativizar outros problemas que eram mais urgentes em países como os africanos, notadamente a pobreza e as desigualdades sociais (ESTENSORO, 2019).

Evidentemente, a questão ambiental é urgente e isto se reafirma constantemente com a publicação de novos dados científicos, como os relatórios de avaliação divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), e eventos climáticos extremos em todo o planeta, como as inundações que atingiram a África, em 2021. Dois exemplos são: (1) sete eventos reportados de seca extrema no Quênia em setembro, com implicações para o agravamento da insegurança alimentar de 2.1 milhões de pessoas; e (2) cinco eventos reportados de inundações na África do Sul em junho, acarretando no deslocamento de cerca de 6.300 pessoas (EXTREME…, 2021).

O ponto é que a inserção do continente africano no debate ambiental aconteceu mediante uma assimilação de ideias propagadas pelo Norte, inclusive por OIs e ONGs, e só mais recentemente começou a ganhar contornos autônomos. Antes de nos aprofundarmos em uma das principais iniciativas multilaterais do continente, a Agenda 2063, na próxima seção vamos contextualizar a vulnerabilidade socioambiental da região, pensando-a também em contraponto à dos países do Norte. Desse modo, depois será possível refletir sobre o futuro da governança ambiental africana.

A vulnerabilidade socioambiental da África

Dados recentes do IPCC evidenciam que as atividades antrópicas provocaram alterações na composição da atmosfera, dos oceanos e da superfície da terra. A mudança do clima em curso resulta, principalmente, das atividades antrópicas, e os impactos que decorrem desta mudança são sentidos em todas as regiões do mundo, impondo desafios para a humanidade em diversos aspectos, sobretudo sobre a saúde humana, os meios de subsistência e a produção de alimentos (IPCC, 2021; 2022).

Embora os impactos da mudança do clima sejam sentidos em todo o mundo, sua intensidade sobre as regiões é desigual, e as po-

pulações mais vulneráveis a seus impactos são aquelas dos países mais pobres e em desenvolvimento (IPCC, 1992). Este é o caso dos países africanos, que apesar de suas contribuições para o agravamento da mudança do clima serem relativamente baixas quando comparadas às das outras regiões, são os países mais propensos a sofrer intensamente os danos provocados pela mudança do clima.

Essa mudança é um desafio particular para a África, uma vez que pode implicar em riscos para a economia dos países, para os investimentos em infraestrutura, para a saúde pública, para a produção agrícola e de outros meios de subsistência, assim como para os sistemas hídricos (AFRICAN…, s/d). Desse modo, representa uma ameaça real para a África, pois pode colocar em risco todo o progresso de desenvolvimento socioeconômico feito pelos países (BANQUE…, 2015). Ademais, há que se considerar a baixa capacidade de adaptação política, econômica e social que os países africanos têm demonstrado para responder aos desafios impostos pela mudança do clima (SILVEIRA; TEIXEIRA, 2015).

Considerando esses problemas e os desafios para a adaptação a eles, tem-se que alguns países são mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima do que outros, e alguns países estão mais preparados para adotar medidas de adaptação e mitigação (UNIVERSITY…, 2015). Assim, para pensar a vulnerabilidade socioambiental do continente africano, tomamos como ponto de partida o índice da Iniciativa Global de Adaptação (ND-GAIN) da Universidade de Notre Dame, que mede duas dimensões: (1) a vulnerabilidade e (2) a prontidão dos países.

A vulnerabilidade é definida como "a propensão ou predisposição das sociedades humanas a serem negativamente impactadas pelas ameaças climáticas" (UNIVERSITY OF NOTRE DAME, 2015, p.3, versão livre)[6]. Essa dimensão considera seis setores essenciais à vida: alimentos, água, saúde, serviços ecossistêmicos, habitats humanos e infraestrutura. Neste índice da vulnerabilidade as pontuações mais baixas são as melhores e as pontuações mais altas são as piores. Assim, quanto mais próxima de 0 for a pontuação de um país, menor é a sua vulnerabilidade; e quanto mais próxima de 1 for a pontuação de um país, maior é a sua vulnerabilidade.

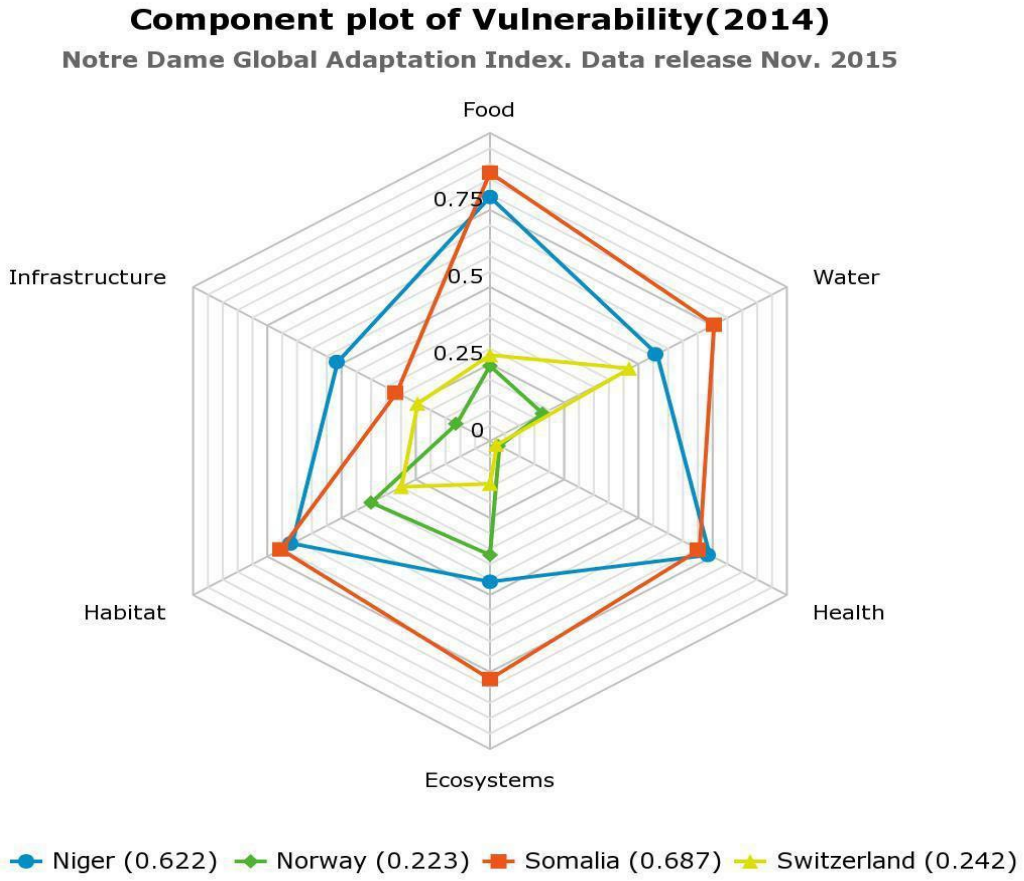
A dimensão da prontidão, por sua vez, é medida com base na capacidade de resposta de um país às questões econômicas, sociais e de governança. (UNIVERSITY OF NOTRE DAME, 2015). O índice de prontidão funciona de maneira contrária ao índice da vulnerabilidade, ou seja, para este índice as pontuações mais altas são as melhores e as pontuações mais baixas são as piores. Assim, quanto mais próxima de 1 for a pontuação de um país, maior é a prontidão ou capacidade de resposta desse país aos efeitos da mudança do clima; e quanto mais próxima de 0 for a pontuação de um país, menor é a prontidão ou capacidade de resposta deste país aos efeitos da mudança do clima.

Uma vez apresentado o índice do ND GAIN, convém destacar que o seu ranking mais recente corresponde ao ano de 2019. Desse modo, quanto ao índice da vulnerabilidade climática relativo ao ano de 2019, chama atenção o fato de que dos 20 países menos vulneráveis à mudança do clima, 15[7] eram países europeus, dois eram da Oceania, um era da

6 Propensity or predisposition of human societies to be negatively impacted by climate hazards.

7 Noruega, Suíça, Áustria, Finlândia, Alemanha, Suécia, Espanha, Reino Unido, Luxemburgo, França, República Tcheca, Eslovênia, Islândia, Itália e Irlanda (UNIVERSITY OF NOTRE DAME…, s/d).

Gráfico 1 - Componentes da vulnerabilidade de Níger, Noruega, Somália e Suíça (2014)



Fonte: University of Notre Dame (2015)

América do Norte, um era da América do Sul e um era do Oriente Médio[8]. Em contrapartida, dos 20 países mais vulneráveis à mudança do clima, 16[9] eram países africanos (UNIVERSITY OF NOTRE DAME, s/d). A partir dessa observação, percebe-se a preponderância dos países do Norte como Estados menos vulneráveis à mudança do clima, e a situação crítica dos países da África como nações mais vulneráveis à mudança do clima.

O gráfico 1 evidencia a discrepância entre os dois extremos do índice da vulnerabilidade. Entretanto, ressalta-se que embora o ranking seja de 2019, os dados gráficos somente estão disponíveis até 2014, e por essa razão, os gráficos apresentados tanto para a vulnerabilidade quanto para a prontidão corresponderão a este período. Dito isso, no que concerne à vulnerabilidade, tem-se, por um lado, os dois países menos vulneráveis à mudança do clima, Noruega e Suíça, que são países europeus, e por outro lado, os dois países mais vulneráveis à mudança do clima, Somália e Níger, que são países africanos.

O gráfico 1 mostra os seis setores essenciais que constituíam a vulnerabilidade dos quatro países mencionados, em 2014. O que se perce-

8 Os dois países da Oceania eram: Nova Zelândia e Austrália; da América do Norte, o Canadá; da América do Sul, o Chile; e do Oriente Médio, Israel. (UNIVERSITY OF NOTRE DAME…, s/d).

9 Mauritânia, Burundi, República Centro Africana, Serra Leoa, Ruanda, Benin, Uganda, Eritreia, República Democrática do Congo, Mali, Libéria, Sudão, Chade, Guiné-Bissau, Somália e Níger (UNIVERSITY OF NOTRE DAME…, s/d).

be é uma enorme diferença entre os setores e os países. Uma vez que para o índice da vulnerabilidade as pontuações mais baixas são melhores e as mais altas são piores, tem-se que Noruega e Suíça tiveram pontuações mais próximas de 0 e mais distantes de 1, sendo 0.223 e 0.242, respectivamente. Essas pontuações foram as mais baixas entre todos os países avaliados, portanto, Noruega e Suíça eram os dois países menos vulneráveis à mudança do clima. Em contrapartida, Somália e Níger tiveram suas pontuações mais próximas de 1 e mais distantes de 0, sendo 0.687 e 0.622, respectivamente. Uma vez que essas foram as pontuações mais altas entre todos os países avaliados, Somália e Níger eram os dois países mais vulneráveis à mudança do clima.

O gráfico 1 também evidencia outros dois pontos importantes, sendo eles: (1) em relação ao meio ambiente; e (2) em relação à dimensão social. Primeiro, os setores em que os países africanos apresentaram maior vulnerabilidade (água, alimentos, saúde, habitats humanos e serviços ecossistêmicos) estão diretamente relacionados ao meio ambiente. Em contrapartida para os dois países europeus somente a Suíça apresentou uma maior vulnerabilidade em um setor diretamente relacionado ao meio ambiente, que foi o setor água. Em segundo lugar, o mesmo pode ser observado para a dimensão social, ou seja, os países africanos apresentaram maiores vulnerabilidades nos setores da saúde, da infraestrutura e dos habitats humanos, embora significativamente menores do que a vulnerabilidade dos setores relacionados ao meio ambiente. Os países europeus, por sua vez, apresentaram vulnerabilidades muito menores em comparação aos africanos, sendo que o setor de menor vulnerabilidade e maior destaque para estes países é o da saúde, pois tanto Noruega quanto Suíça, tiveram uma pontuação quase nula neste setor.

Quanto ao índice da prontidão e também para o ano de 2019, chama atenção o fato de que dos 20 países menos preparados para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, 14[10] eram africanos. Em contrapartida, dos 20 países mais bem preparados, 13[11] eram europeus, 3 eram asiáticos, 2 eram da Oceania e outros 2 eram da América do Norte[12] (UNIVERSITY OF NOTRE DAME…, s/d). A partir dessa observação, percebe-se uma configuração similar à do índice da vulnerabilidade no que diz respeito à preponderância dos países do Norte Global sobre os países africanos. Todavia, cabe destacar que aqui também há a relevância de outros continentes como Ásia, Oceania e América do Norte no que diz respeito ao enfrentamento aos desafios da mudança do clima. O ponto mais importante é que, assim como para o índice da vulnerabilidade, para o índice da prontidão, dos 20 países mais bem classificados, nenhum deles era africano. Feita essa observação, percebe-se a preponderância dos países do Norte como mais bem preparados para enfrentar e se adaptar aos desafios impostos pela mudança do clima, e a situação crítica dos países da África como nações menos preparadas e adaptadas para enfrentar os efeitos da mudança do clima.

O gráfico 2 evidencia a discrepância entre os dois extremos do índice da prontidão, de

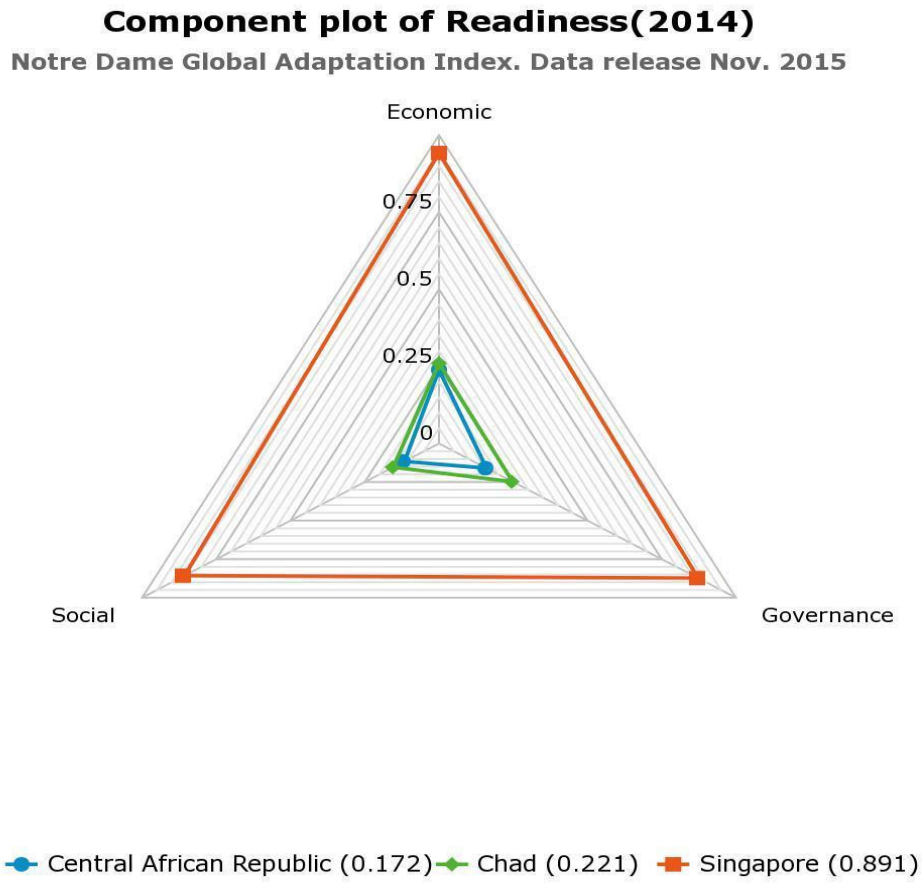
10 Sudão, Burundi, Guiné-Bissau, Madagascar, Camarões, Angola, República Democrática do Congo, Guiné-Equatorial, Nigéria, República do Congo, Zimbábue, Eritreia, Chade e República Centro Africana (UNIVERSITY OF NOTRE DAME…, s/d).

11 Mônaco, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Islândia, Suíça, Áustria, Alemanha, Reino Unido, Países Baixos, França e Luxemburgo (UNIVERSITY OF NOTRE DAME…, s/d).

12 Os três países asiáticos eram Singapura, República da Coreia e Japão; os dois países da Oceania eram Nova Zelândia e Austrália; e os dois países da América do Norte eram Estados Unidos e Canadá (UNIVERSITY OF NOTRE DAME…, s/d).

acordo com o ranking de 2019. Por um lado, tem-se os dois países mais prontos, sendo um europeu, Mônaco, e um asiático, Singapura, e por outro lado, tem-se os dois países menos prontos, sendo esses o Chade e a República Centro Africana, ambos países africanos.

Gráfico 2 - Componentes da prontidão de Chade, Mônaco, República Centro Africana e Singapura (2014)



Fonte: University of Notre Dame (2015)

Aqui, novamente destaca-se que, embora o ranking da prontidão seja de 2019, os dados gráficos somente estão disponíveis até 2014. Logo, os gráficos apresentados acima tanto para a vulnerabilidade quanto para a prontidão correspondem a este período. Dito isso, o gráfico 2 evidencia, mais uma vez, a discrepância entre as capacidades de respostas entre os países. Contudo, aqui observa-se a preponderância de um país asiático, Singapura, em comparação aos dois países africanos. Além disso, chama atenção a ausência dos dados para o Mônaco, o que é surpreendente, tendo em vista o status do país.

De todo modo, uma vez que para o índice da prontidão as pontuações mais altas são as melhores e as pontuações mais baixas são as piores, o gráfico 2 evidencia que Singapura teve a pontuação mais próxima de 1, sendo 0.981, enquanto Chade e Níger tiveram as pontuações mais próximas de 0, sendo 0.172 e 0.221, respectivamente. Portanto, Singapura se configurava como um país mais pronto para enfrentar os desafios da mudança do clima, enquanto Chade e Níger se configuravam como os dois países menos prontos.

Com estes dados tentamos evidenciar a vulnerabilidade socioambiental do continente

africano. É fato que uma série de elementos históricos são relevantes para essa discussão. Contudo, não podemos deixar de destacar o crescente papel de ameaça que a mudança do clima representa para todos os países da África. Ainda, há de se considerar que a elaboração de políticas para lidar com a mudança do clima e seus impactos se torna cada dia mais complexa (IPCC, 2022). Desse modo, embora esforços cooperativos regionais e multilaterais tenham sido feitos, estes não têm se mostrado suficientes para lidar com este problema ambiental global (FRANCHINI et al., 2017). A partir disso, discutiremos o papel importante desempenhado pela União Africana no avanço do desenvolvimento econômico e sustentável dos países do continente africano.

Agenda 2063: entre o regional e o internacional

Considerando o panorama apresentado sobre a vulnerabilidade africana e a inserção do continente na governança ambiental, é possível pensar na Agenda 2063 enquanto uma das maiores expressões da autonomia da África nessa discussão. A Agenda foi lançada pela União Africana em abril de 2015, mesmo ano em que as Nações Unidas lançaram a Agenda 2030 com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (UNITED NATIONS, 2015). No entanto, a União Africana e seus países sabiam que seria utópico atingir as metas propostas pelas Nações Unidas, uma vez que as realidades e os recursos dos países são muito díspares.

Assim, a Agenda 2063 busca refletir as realidades locais do continente e, tal como a União Africana, promover sua unidade. "A Agenda 2063, enraizada no Pan-Africanismo e na Renascença Africana, constitui um quadro robusto para a resolução das injustiças passadas e a concretização do Século 21 como o Século da África" (UNIÃO AFRICANA, 2015, p. 01). O Pan-Africanismo, corrente de pensamento proposta pelo ativista e sociólogo W. E. B. Dubois, visava unir os povos do continente africano para lhes dar voz internacionalmente. Já a Renascença Africana, inicialmente proposta pelo historiador e antropólogo senegalês Cheikh Anta Diop, buscava promover uma renovação científica, econômica e cultural do continente para lidar com seus desafios (OLIVEIRA; OTÁVIO, 2021).

Ao serem incorporadas na formulação da Agenda 2063, essas ideias representaram a vontade dos países africanos de se adaptarem aos preceitos da globalização neoliberal e também de repensarem sua inserção internacional em temas como desenvolvimento e meio ambiente. Oliveira e Otávio (2021) classificam essa abordagem africana como híbrida, uma vez que considera elementos da Ordem Liberal Internacional, mas também aqueles que são específicos da realidade do continente.

A Agenda 2063 possui sete aspirações: (1) prosperidade, desenvolvimento sustentável e crescimento inclusivo; (2) integração baseada no Renascimento Africano e no Pan-Africanismo; (3) boa governança, democracia, justiça, respeito ao estado de direito e aos direitos humanos; (4) segurança e pacifismo; (5) reforço da identidade cultural; (6) foco no potencial da juventude, das crianças e das mulheres; e (7) a África enquanto um ator internacional influente e forte (UNIÃO AFRICANA, 2015). Como se observa, a Agenda propõe uma abordagem voltada para o continente, mas está também ancorada em valores que foram se dissipando após a Segunda Guerra Mundial e que também estão presentes na Agenda 2030, como a democracia e os direitos humanos.

Ainda que as propostas da Agenda 2063 sejam inspiradoras, os desafios relacionados à vulnerabilidade socioambiental do continente, como a pobreza e a insegurança alimentar, continuam enormes, e tal como prevê o IPCC, há sinais de que irão se agravar no futuro próximo. Para Estensoro (2019), milhões de habitantes do Sul Global, principalmente aqueles de países africanos, já enfrentam a catástrofe ecológica que tanto se quer evitar. O Norte foi muito bem-sucedido em colonizar o imaginário do Sul, inclusive de tomadores de decisão e setores ambientalistas, que apenas absorveram a ideia de que a crise ambiental é o maior desafio enfrentado pela humanidade, mas não a reinterpretam considerando suas realidades locais. Para Oliveira e Otávio (2021), caso esta estratégia híbrida da Agenda 2063 funcione, isso levaria os países africanos a maiores níveis de desenvolvimento e integração, que por sua vez poderia corroborar para os tornarem grandes atores internacionais, não só nos debates ambientais, mas também em outros temas importantes para o continente, como a luta contra o racismo e a xenofobia.

Considerações Finais

O objetivo deste artigo era compreender a posição do continente africano na governança ambiental contemporânea. Passados cinquenta anos da Conferência de Estocolmo, e trinta anos da Rio-92, observa-se que durante muitos anos faltou à África uma maior participação em conferências ambientais, bem como uma abordagem autônoma pensada e orientada pelo próprio continente. Ao analisar a vulnerabilidade ambiental de alguns países africanos, percebe-se que a região figura entre uma das mais propensas a sofrerem intensamente com a exposição aos a problemas ambientais. Ademais, também se percebe que os países da região possuem baixas capacidades de resposta e adaptação aos desafios, sobretudo sociais, impostos pela mudança do clima.

Em relação à Agenda 2063, nota-se que se trata de uma proposta híbrida, uma vez que traz consigo valores regionais, mas também reflete outros valores que são ocidentais e liberais, além de tentar instrumentalizar o desenvolvimento sustentável para potencializar a inserção do continente no cenário internacional. Fato é que o contraste entre os países mais desenvolvidos e os países africanos se mostra muito evidente nessa discussão, uma vez que as vulnerabilidades e capacidades de resposta são, em geral, muito díspares, e embora os países africanos estejam atualmente mais presentes na governança ambiental global do que estiveram há 50 e 30 anos atrás, ainda estão sujeitos à muitos valores e abordagens que vêm do Norte Global. O que se observa, portanto, é a necessidade de o continente africano atuar cada vez mais de modo conjunto - e a União Africana se apresenta enquanto o espaço para esse debate - para que consiga avançar nas propostas da Agenda 2063 e mitigar suas vulnerabilidades socioambientais, almejando um futuro mais justo, sustentável e próspero a toda à sua população.

Referências

AFRICAN DEVELOPMENT BANK GROUP. **Climate Change in Africa**. s/d. Disponível em: https://www.afdb.org/en/cop25/climate-change-africa . Acesso em: 10 abr. 2022.

BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT. **L'Afrique et le climat: une opportunité pour s'adapter et prospérer** (Rapport). 2015. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Events/COP21/Contribution_de_la_Banque_africaine_de_d%C3%A9veloppement_%C3%A0_la_r%C3%A9union_de_la_COP21_%C3%A0_la_CCNUCC.pdf

ESTENSORO, Fernando. **La geopolítica ambiental global del siglo XXI**: los desafíos para América Latina. Santiago: RIL Editores, 2019.

EXTREME EVENTS 2021. **World Meteorological Organization** - State of Climate in 2021: Extreme events and major impacts. 2021. Disponível em: https://wmo.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=5e9a82e52aa3487593fe41b79b2aba00. Acesso em: 19 abr. 2022.

FRANCHINI, Matías; VIOLA, Eduardo; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. The challenges of the antropocene: from international environmental politics to global governance. **Ambiente & Sociedade**, vol. 20, n.3. São Paulo, July/Sept, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2017000300177&lng=iso&tlng=en . Acesso em: 19 abr. 2022.

IPCC. **Climate Change 2021: The Physical Science Basis**. Summary for Policymakers. 2021. IPCC, Geneva, Suíça. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_SPM_final.pdf . Acesso em: 10 abr. 2022.

IPCC. **Climate Change 2022**: impacts, adaptation and vulnerability. Summary for Policymakers. 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_SummaryForPolicymakers.pdf . Acesso em: 11 abr. 2022.

IPCC. **Climate Change: The IPCC 1990 and Assessments**. 1992. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/05/ipcc_90_92_assessments_far_full_report.pdf

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell; OTÁVIO, Anselmo. Africa's Strategies of Development and International Insertion: The Hybridity of Agenda 2063. **Contexto Internacional**, vol. 43(2) May/Aug 2021. DOI: http://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430200005.

SILVEIRA, Mariana Balau; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. Ambientes e Mudanças Globais na África: uma perspectiva das Relações Internacionais. In. SOUZA, Matilde de; TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa; ZAHREDDINE, Danny (orgs.). **Meio Ambiente**: debate central do século XXI. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2015. p. 165 -179.

UNEP. Comitee of Permanent Representatives to UN Environment. 2022. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/30159/CPR%20directorynew.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 13 abr. 2022.

UNFCCC. **Parties**. 2022. Disponível em: https://unfccc.int/process/parties-non-party-stakeholders/parties-convention-and-observer-states. Acesso em: 13 abr. 2022.

UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063**: a África que queremos. 2015. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_po.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on Environment and Development**, Rio de Janeiro, 3-14 June 1992. Disponível em: https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/019/35/PDF/N9301935.pdf?OpenElement. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNITED NATIONS. **Transforming Our World**: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2015. Disponível em: https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

UNITED NATIONS. **United Nations Conference on the Human Environment**: list of participants. 1972. Disponível em: https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/NL3/217/10/PDF/NL321710.pdf?OpenElement. Acesso em: 12 abr. 2022.

UNIVERSITY OF NOTRE DAME GLOBAL ADAPTATION INDEX. **Country Index**. s/d. Disponível em: https://gain.nd.edu/our-work/country-index/ . Acesso em: 11 abr. 2022

UNIVERSITY OF NOTRE DAME GLOBAL ADAPTATION INDEX. **Country Index Technical Report**. 2015. Disponível em: https://gain.nd.edu/assets/254377/nd_gain_technical_document_2015.pdf . Acesso em: 10 abr. 2022.